

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1370381 - PB  
(2018/0240618-5)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE : VALDETE OLIVEIRA SILVA**  
**AGRAVANTE : VIRGINIA EMILIA FRADE DE ALENCAR**  
**AGRAVANTE : MARIA MARLENE ARAUJO SANTOS**  
**AGRAVANTE : SONHA MARIA PATRICIO**  
**AGRAVANTE : DALILA MELO DA SILVA ARAUJO**  
**ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO SCÓZ JUNIOR - PB023456A**  
**MARCOS REIS GANDIN - PB026415**  
**AGRAVADO : FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDAÇÃO**  
**EXTRAJUDICIAL**  
**REPR. POR : LUIZ HENRIQUE SANTOS DE PAULA -**  
**LIQUIDANTE**  
**ADVOGADO : JOSEMAR LAURIANO PEREIRA E OUTRO(S) -**  
**RJ132101**

### **EMENTA**

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. MATÉRIA SUBMETIDA À SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. DECISÃO SINGULAR QUE, RECONSIDERANDO DELIBERAÇÃO ANTERIOR, DETERMINA A DEVOLUÇÃO DE AUTOS À ORIGEM. DESPACHO. CPC/2015. MEIO DE IMPUGNAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DOS AUTORES.*

*1. É firme no âmbito desta Corte o entendimento de que é irrecorrível a decisão que determina a devolução dos autos ao Tribunal de origem para a fixação de tese jurídica pelo Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, porquanto não ostenta caráter decisório. Precedentes.*

*2. De acordo com o CPC/15, a parte deve demonstrar, no caso concreto, a distinção entre o tema trazido em seu especial e a tese jurídica com repercussão geral pendente de julgamento no STF, por meio de requerimento previsto no art. 1.037, § 9º, de modo que o agravo interno é cabível da decisão que resolver esse requerimento (art. 1.037, § 13).*

*3. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.*

### **ACÓRDÃO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino  
Relator